

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

(Língua Portuguesa – Noções de Informática – Direito Administrativo – Direito Constitucional)

Língua Portuguesa (10 questões)

TEXTO

Prudência do Direito

01 Não foi sem razão que os romanos – inventores da
02 ciência do direito – denominaram sua **disciplina** de
03 “jurisprudência” (prudência do direito) e o jurista de
04 “prudens” (prudente). Para eles, **a prudência é um**
05 **tipo de saber que orienta a ação e prudente é**
06 **aquele que sabe agir**, tomar **decisões** coerentes e
07 sensatas nas diversas situações da vida. Na Grécia
08 antiga, toda pessoa tinha um papel a desempenhar.
09 **Aquele que não se atém** ao seu papel comete
10 excessos e compromete a ordem do mundo. Logo,
11 o homem prudente é aquele que conhece os
12 deveres relativos à posição que ocupa na ordem
13 social, sabendo agir **com** harmonia, equidade e
14 moderação. No santuário de Delfos (desde o
15 século VII a. C.), **encontrava-se a síntese dessa**
16 **doutrina** nas **máximas** gravadas no pórtico do
17 templo de Apolo: “Conhece-te a ti mesmo” e “Nada
18 em excesso”. Esses dizeres convidam o homem a
19 proceder a um exame de si, não **de um modo**
20 **introspectivo**, mas tomando consciência de seu
21 lugar na ordem cósmica, **que pode ser enunciado**
22 assim: “Lembra-te que és um mortal” ou “Não
23 ultrapasses a medida do humano” ou, ainda,
24 “Lembra-te dos teus limites, tu, um mortal” ou
25 “Lembra-te da necessidade de se adequar **à justa**
26 **medida da ação** e nunca transgredi-la”. Com
27 efeito, ao vivente é lembrado o fato de que se
28 encontra em uma ordem que não é obra sua, da
29 qual ele é apenas uma parte que deve ajustar-se ao
30 todo. Em Aristóteles, a prudência deve conformar-
31 se com a ética. Nas ações se pode encontrar o
32 excesso, a falta e o justo meio. A ação é virtuosa,
33 quando atinge o justo meio entre dois **vícios**. “O
34 justo meio consiste em fazer o que se deve, quando
35 se deve, nas circunstâncias em que se deve, às
36 pessoas a quem se deve, pelo fim pelo qual se
37 deve e como se deve”. **Para** alcançar a medida da
38 ação que é o justo meio, **é necessário um tipo de**
39 **saber prático**, que determine, em cada caso
40 concreto, qual é o justo meio **que deve ser**
41 **realizado**. Esse saber prático é a prudência. Na
42 concepção popular, a prudência tem dois elementos
43 básicos: o limite e o equilíbrio, que se fundem na
44 exigência de moderação e de respeito à medida.
45 Essa medida é o justo meio.

(SANTANA, Edílson. *Prudência do direito. Diário do Nordeste*. 12 dez. 2009.)

QUESTÕES

01. De acordo com o texto, é **correto** afirmar-se que
- os romanos entendiam que todos os cidadãos tinham direito à prudência, já que cada um deles sabia agir com cautela.
 - os gregos seguiram as leis romanas, mas os cidadãos excederam no desempenho social, já que não foram prudentes.
 - as doutrinas registradas nas sentenças do templo de Apolo constituíam o máximo do direito universal, já que conscientizavam os homens.
 - os homens prudentes conhecem a sua função social e agem com justiça, já que são conscientes das situações da vida.
02. Escreva **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) para cada afirmativa.
- A passagem “**Aquele que não se atém**”, linha 09, é o mesmo que **Aquele que não se prende**. ()
 - A preposição “**com**”, linha 13, revela ideia de **companhia**. ()
 - A expressão “**de um modo introspectivo**”, linhas 19 e 20, indica análise de fatos exteriores a quem analisa. ()
 - A conjunção “**Para**”, linha 37, estabelece relação de **finalidade**. ()
- São **verdadeiras**:
- I e II.
 - II e III.
 - I e IV.
 - III e IV.
03. Como “**atém**”, linha 09, “**máximas**”, linha 16, e “**vícios**”, linha 33, são formas **obrigatoriamente** acentuadas:
- advem, gluten e constituído.
 - ali, bambu e glutens.
 - bachareis, herois e negocio.
 - distancia, economico e orfão.
04. Como “**disciplina**”, linha 02, também se escrevem com **sc** as palavras
- adole__ência e alvore__er.
 - di__ente e convale__er.
 - do__ente e enrije__er.
 - su__into e resplande__er.
05. O **vocativo** e o **tratamento** para um **juiz do Supremo Tribunal Federal** é
- Eminentíssimo Juiz e Vossa Eminência.
 - Eminentíssimo Juiz e Vossa Excelência.
 - Meritíssimo Juiz e Vossa Excelência.
 - Meritíssimo Juiz e Vossa Eminência.

06. No diminutivo, a palavra “**decisões**”, linha 06, fica

- A) decisãosinhas.
- B) decisõesinhas.
- C) decisõeszinhas.
- D) decisõezinhas.

07. Estão escritas na **voz passiva** as formas verbais das seguintes passagens:

- I – “**encontrava-se a síntese dessa doutrina**”, linhas 15 e 16
- II – “**que pode ser enunciado**”, linha 21
- III – “**é necessário um tipo de saber prático**”, linhas 38 e 39
- IV – “**que deve ser realizado**”, linhas 40 e 41

- A) somente I e III.
- B) somente II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.

08. Na passagem “**a prudência é um tipo de saber que orienta a ação e o prudente é aquele que sabe agir**”, linhas 04 a 06, com relação à função sintática do **que**,

- A) são dois sujeitos.
- B) são dois objetos diretos.
- C) o primeiro é sujeito; e o segundo, objeto direto.
- D) o primeiro é objeto direto; e o segundo, sujeito.

09. Como em “**à justa medida da ação**”, linhas 25 e 26, o sinal indicativo de crase está **corretamente** empregado nas duas ocorrências da frase da opção

- A) A prudência **à** que nos referimos pertence **àqueles** que são mais harmônicos.
- B) A prudência **a qual** nos referimos pertence **àquelas** que são harmônicas.
- C) Os profissionais, **a** cuja prudência nos referimos, darão assistência somente **à** pessoas idosas.
- D) Contamos, nos dedos das mãos, **a** partir deste milênio, **às** vezes em que as pessoas agem com prudência.

10. Conforme o padrão culto da língua, a frase gramaticalmente **correta** está na alternativa

- A) A prudência para os que as utilizam, principalmente nesta vida agitada, caracterizam o profissional seguro.
- B) A maioria das pessoas prudentes conseguem conquistar, na vida profissional, aquilo que as pertence.
- C) Cada um dos profissionais, haja vista o tempo de serviço, consegue aquilo ao qual se dedicaram na sua formação.
- D) Verificaram-se, há pouco tempo, que os profissionais preparados, que têm prudência, aspiravam os melhores cargos.

Noções de Informática (5 questões)

11. Dada a planilha abaixo criada como BrOffice Calc versão 3.2, a opção que contém a fórmula escrita na célula C5, para calcular o valor recebido dos clientes, é a

	A	B	C
1	Cliente	Valor	Situação
2	Pedro	300	
3	Maria	400	Pago
4	Geraldo	500	Pago
5	Recebido		900

- A) =SOMA(C2:C4; “Pago”;B2:B4).
- B) =SOMASE(B2:B4; “Pago”;C2:C4).
- C) =SOMASE(C2:C4; “Pago”;B2:B4).
- D) =SOMA(B2:B4; “Pago”;C2:C4).

12. Usando BrOffice Writer versão 3.2, foi inserida uma tabela no início do documento. Após digitar os dados nas 30 linhas da tabela, cada linha com 6 colunas, deseja-se inserir o nome da tabela na parte superior do documento, antes da tabela. É uma ação que permite fazer isso:

- A) Clicar na primeira posição da primeira célula e pressionar a tecla ENTER.
- B) Clicar em qualquer posição da primeira célula da tabela e pressionar ALT + ENTER.
- C) Clicar na primeira posição da primeira célula e pressionar SHIFT + ENTER.
- D) Clicar em qualquer posição da primeira célula da tabela e pressionar a tecla ENTER.

13. É correto afirmar-se sobre comandos do sistema operacional Linux:

- A) **cd** cria diretório.
- B) **md** muda de diretório.
- C) **rmd** remove diretório.
- D) **mv** renomeia arquivo.

14. É verdadeiro afirmar-se sobre o sistema operacional Windows:

- A) Armazenar arquivos na área de trabalho aumenta o desempenho do computador.
- B) Modos de exibição dos arquivos de uma pasta podem ser Ícones, Lista, Detalhes.
- C) Para excluir permanentemente um arquivo, ele tem que estar obrigatoriamente na lixeira.
- D) A barra de tarefas do Windows que exhibe os programas em execução não pode ser ocultada.

15. Sobre o navegador Firefox, é correto afirmar-se que

- A) só pode ser usado com sistema operacional Windows.
- B) só pode ser usado com sistema operacional Linux.
- C) não permite bloquear pop-up.
- D) pode ser usado tanto com sistema operacional Windows quanto com Linux.

Direito Administrativo (10 questões)

16. Analise as assertivas.

- I – A fonte formal primordial do Direito Administrativo brasileiro é a lei.
 - II – Em sentido objetivo ou material, a expressão Administração Pública designa a natureza da atividade dos agentes públicos e dos órgãos e das pessoas que a exercem e, portanto, seus atos estão sujeitos à revisão pelo Judiciário, que poderá revogá-los com efeito *ex nunc*.
 - III – As atividades finalísticas de natureza administrativa, regidas pelas regras e pelos princípios administrativos, são o fomento, a polícia administrativa, o serviço público e a intervenção administrativa.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
 - B) É falsa a assertiva III.
 - C) É falsa a assertiva II.
 - D) Todas as assertivas estão erradas.

17. Julgue os itens a seguir.

- I – Uma sociedade de economia mista ou empresa pública pode resultar da transformação, por lei, de um órgão público preexistente.
 - II – A descentralização administrativa pressupõe a existência de uma pessoa distinta da pessoa do estado. Os entes descentralizados são provenientes da divisão do trabalho do Estado, na busca por eficiência.
 - III – Na desconcentração, ocorre a distribuição, em uma mesma entidade, de atribuições de outros órgãos.
- A) Todos os itens estão corretos.
 - B) É falso o item III.
 - C) É falso o item II.
 - D) Todas as afirmações estão erradas.

18. No que refere aos princípios administrativos,

- A) o princípio da razoabilidade busca a compatibilidade entre os meios e os fins, com vistas a não lesionar os direitos fundamentais dos administrados, pela imposição de restrições abusivas ou mesmo desnecessárias.
- B) o princípio da legalidade garante a submissão da Administração ao ordenamento jurídico. O controle dessa adequação é feito pelo poder Judiciário no que concerne aos atos administrativos vinculados, não lhe sendo admitido apreciar os atos discricionários – cujo

exame é feito exclusivamente pela Administração.

- C) o princípio da supremacia do interesse público é hierarquicamente superior aos demais, devendo ser aplicado, sempre que houver confronto entre direito público e direito privado.
- D) é o princípio da moralidade que está caracterizado na Constituição da República, quando esta proíbe expressamente que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

19. Acerca da estabilidade do servidor público, é válido afirmar-se que

- A) o servidor público estável somente poderá perder o cargo em virtude de processo administrativo, assegurada a ampla defesa.
- B) é vedada a extinção de cargo público, ocupado por servidor estável.
- C) a estabilidade que goza o servidor público se refere ao cargo específico para o qual foi nomeado.
- D) se extinto o cargo ocupado pelo servidor, continua assegurado seu direito à permanência no serviço público, em cargo de igual nível de atribuições e remuneração idêntica.

20. No Município de Fortaleza,

- I – dos cargos de livre provimento e exoneração, ditos cargos comissionados, são reservados 50% para provimento por servidores municipais.
 - II – é vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.
 - III – será concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família.
 - IV – ao servidor, por ocasião do nascimento ou adoção de filho, será concedida licença-paternidade de 5 (cinco) dias corridos. Para que este direito seja exercido, o servidor deve fazer prova da adoção ou apresentar registro civil de nascimento da criança.
- A) Todos os itens estão incorretos.
 - B) É falso o item III.
 - C) É falso o item II.

D) Todas as afirmações estão certas.

21. Julgue as afirmações.

- I – A exoneração é uma forma de vacância comum, tanto para cargos efetivos quanto para cargos em comissão.
- II – É assegurado ao servidor público do Município de Fortaleza o direito de petição para requerer ou representar e pedir reconsideração, que deverá ser decidido no prazo de 30 dias.
- III – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público do Município de Fortaleza estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A) somente I e II.
- B) somente III.
- C) somente I e III.
- D) I, II e III.

22. Com relação aos poderes administrativos, é válido afirmar-se que

- A) com o uso do poder hierárquico, é sempre possível a invalidação, pela autoridade superior, dos atos praticados por seus subordinados.
- B) o exercício do poder de polícia pode envolver, conforme o caso concreto, algum nível de discricionariedade, permitindo que a autoridade competente avalie a forma de agir, seu momento adequado e a sanção aplicável.
- C) o poder hierárquico possibilita à administração pública fazer uso da sua supremacia sobre os interesses privados.
- D) a diferença entre poder de polícia judiciária e poder de polícia administrativa é o fato de que o primeiro incide sobre bens, direitos e atividades, enquanto o segundo incide sobre pessoas.

23. Analise as assertivas a seguir.

- I – Pelo atributo da coercibilidade, o poder de polícia tem execução imediata, sem dependência de ordem judicial.
- II – Ato de autoridade que pune com advertência servidor seu subordinado, por inobservância de dever funcional, é expressão do exercício regular dos poderes regulamentar e disciplinar.
- III – O poder que tem o Estado de limitar ou restringir o uso da propriedade, de direitos e de atividades de particulares, em favor do bem comum, é dito poder regulamentar, que, neste caso, se expressa por prévia publicação de decreto.

- A) Todas as assertivas estão erradas.
- B) É verdadeira a assertiva II.
- C) É verdadeira a assertiva III.

D) É verdadeira a assertiva I.

24. Tendo em conta os poderes administrativos, é certo que

- A) o poder disciplinar, embora vinculado na aplicação de sanções, é facultativo. Sua inércia só constitui infração administrativa.
- B) o poder regulamentar é faculdade que dispõe o agente público, em geral, para avocar funções atribuídas a subordinados ou para revisão de atos, invalidando-os de ofício. Esse poder pode ser delegado a qualquer subordinado.
- C) um agente administrativo pode invocar o poder de polícia para prender em flagrante um criminoso.
- D) por decorrência do poder hierárquico da Administração, surge o instituto da delegação de competências. Dentre as diversas hipóteses de delegação de competências, não se inclui a decisão de recursos administrativos.

25. O servidor público do Município de Fortaleza responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Com relação a responsabilidade do servidor, indique a opção correta.

- A) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo doloso, de que resulte prejuízo ao Erário.
- B) as sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, já que não são independentes entre si.
- C) a responsabilidade do servidor é sempre subjetiva, pois independe que sua atuação se dê com dolo ou culpa.
- D) a responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que neguem a existência do fato ou sua autoria.

Direito Constitucional (5 questões)

26. Com relação às garantias e aos deveres dos servidores públicos,

- A) é garantido a todo servidor público o direito à livre associação sindical e ao exercício irrestrito do direito de greve.
- B) o servidor que ocupa apenas cargos temporários de livre nomeação e exoneração, os chamados cargos comissionados, ao se aposentar, estará sujeito ao regime geral da previdência social.
- C) é direito assegurado aos servidores públicos férias de trinta dias, não- parceláveis, independentemente do período aquisitivo.
- D) a lei não pode estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício,

salvo para servidores portadores de deficiência que exerçam atividade de risco.

27. Analise as afirmações abaixo.

- I – A disponibilidade é o direito à inatividade remunerada, somente conferida a servidor estável. O servidor em disponibilidade percebe remuneração proporcional ao seu tempo de exercício no cargo que ocupava.
- II – O direito ao reajustamento dos benefícios, de modo a preservar-lhes o valor real, é assegurado aos servidores, na mesma data e na mesma proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores ativos.
- III – O servidor, que completar os requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária por tempo de serviço e optar por permanecer na ativa, fará jus a um abono de valor idêntico ao da contribuição previdenciária, até atingir 75 (setenta e cinco anos), quando será compulsoriamente transferido para a inatividade.

- A) todas as assertivas estão corretas.
- B) somente é verdadeira a assertiva III.
- C) somente é verdadeira a assertiva II;
- D) todas as assertivas estão erradas.

28. Os servidores públicos do Município de Fortaleza têm liberdade de associação profissional ou sindical,

- A) desde que haja autorização legislativa para a fundação do sindicato de servidores da categoria.
- B) e, a mesma categoria profissional, poderá ser representada por mais de uma organização sindical, desde que não coincidam suas bases territoriais.
- C) e, ao sindicato, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- D) mas, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, mas, ao se aposentar voluntária ou compulsoriamente, em mantendo-se filiado, somente terá direito a voto, perdendo o direito de ser votado.

29. Julgue as afirmações abaixo.

- I – A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- II – As entidades associativas, têm legitimidade plena para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independente de autorização individual de seus associados.
- III – É plena a liberdade de associação para fins lícitos sem interferência estatal, exceto para as entidades de caráter paramilitar, que devem ser expressamente autorizadas pelo poder público.

É (são) verdadeira(s):

- A) somente I.

- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

30. É a todos assegurado(a):

- A) o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sem nenhuma restrição.
- B) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- C) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, com o ônus de arcar com as taxas ou os emolumentos cobrados pelo agente público.
- D) o direito de não ser submetido, sob nenhuma hipótese, à identificação criminal, desde que civilmente identificado.

Conhecimentos Específicos (50 questões)

31. Entre outras atribuições de interesse da Política Urbana, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive transportes urbanos, é competência

- A) do Poder Judiciário.
- B) dos Estados.
- C) dos Municípios.
- D) da União.

32. O estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) deve ser executado de forma a incluir a análise, dentre outras, das seguintes questões, no mínimo:

- A) adensamento populacional, geração de tráfego e demanda por transporte público.
- B) regularização fundiária e equipamentos urbanos e comunitários.
- C) espaços públicos de lazer e áreas verdes e uso e ocupação do solo.
- D) valorização imobiliária e ordenamento e direcionamento da expansão urbana.

33. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário, no âmbito de sua circunscrição, é competência do

- A) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- B) Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.
- C) Órgão ou entidade executivo de trânsito do Município.

- D) Órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado.
- 34.** Um ônibus de empresa permissionária da Prefeitura Municipal de Fortaleza, para ser cadastrado no Sistema Integrado de Transporte e prestar serviços de transporte público urbano de passageiros, é classificado, respectivamente, quanto à tração, à espécie e à categoria:
- A) elétrico, de transporte coletivo e de aluguel.
 B) de motor a explosão, de transporte coletivo e oficial.
 C) automotor, misto e particular.
 D) automotor, de passageiros e de aluguel.
- 35.** O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer, dentre outros, os seguintes requisitos:
- A) ser habilitado na categoria B e ser maior de 21 anos.
 B) ser habilitado na categoria D e ser maior de 21 anos.
 C) ter permissão para dirigir na categoria C e ser maior de 18 anos.
 D) ser habilitado na categoria D e ser maior de 18 anos.
- 36.** Transitar com o veículo, efetuando transporte remunerado de pessoas ou bens, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior ou com permissão da autoridade competente, é infração de natureza
- A) média, com penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo.
 B) leve, com penalidade de multa e medida administrativa de remoção do veículo.
 C) grave, com penalidade de multa e apreensão do veículo.
 D) grave, com penalidade de multa e suspensão do direito de dirigir.
- 37.** O cinto de segurança é um equipamento obrigatório, entre outros estabelecidos pelo CONTRAN,
- A) em todos os veículos.
 B) somente nos automóveis, nas caminhonetes e nos caminhões.
 C) em todos os veículos, com exceção daqueles destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé.
 D) em todos os veículos, com exceção dos ônibus e das caminhonetes.
- 38.** Constitui classificação do sistema de transporte público urbano no Município de Fortaleza prevista em sua Lei Orgânica:
- A) individual complementar.
 B) coletivo regular.
 C) por fretamento especial.
 D) coletivo eventual.
- 39.** As tarifas dos serviços públicos de transporte, com exceção do fretamento, são de competência exclusiva do Município de Fortaleza e deverão ser fixadas
- A) pela Câmara Municipal.
 B) pelo Chefe do Poder Executivo.
 C) pelo órgão gestor de transporte público.
 D) pelo sindicato das empresas operadoras permissionárias do serviço.
- 40.** Os serviços de transporte público individual terão sua operação delegada pelo Poder Público Municipal, sempre através de licitação, sob regime de
- A) permissão, apenas.
 B) concessão ou permissão.
 C) permissão ou autorização.
 D) concessão, apenas.
- 41.** Com relação aos crimes contra o meio ambiente.
- I – É crime ambiental modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural.
 II – Também é considerado crime ambiental contra a fauna utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória.
 III – No caso de guarda doméstica de espécie silvestre, pode o juiz, em qualquer caso, deixar de aplicar a pena para quem impede a procriação, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida.
- É (são) verdadeira(s):
- A) todas as opções.
 B) somente I.
 C) as opções I e II.
 D) somente III.
- 42.** Não é crime ambiental:
- A) tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana.
 B) causar poluição atmosférica de qualquer espécie.
 C) causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade.
 D) impedir o uso público das praias.
- 43.** É considerado crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, **exceto**
- A) tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana
 B) destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.
 C) alterar o aspecto ou a estrutura de edificação especialmente protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial, sem autorização da autoridade competente.

- D) pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.
- 44.** São infrações administrativas ambientais todas as ações ou omissões que violem as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. De acordo com a lei:
- I – São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental os funcionários de órgãos ambientais integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente – especificamente designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos da Marinha do Brasil.
- II – Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades competentes, para efeito do exercício do seu poder regulamentar.
- III – A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
- IV – O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
- É (são) verdadeira(s):
- A) todas as opções.
 B) somente I.
 C) somente II e IV.
 D) as opções I e III.
- 45.** Os serviços de limpeza tradicionais, realizados no Município de Fortaleza, como pintura de meio-fio, capinação, raspagem de vias e limpeza de canais e bocas de lobo, são fiscalizados e gerenciados pela(s)
- A) Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização – EMLURB.
 B) Secretarias Executivas Regionais.
 C) Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAN.
 D) ECOFOR Ambiental.
- 46.** É de competência do Município os serviços de limpeza pública. Em Fortaleza, estes serviços são feitos
- A) parte pela iniciativa privada, através de concessões, e parte diretamente pelo Município.
 B) diretamente pelo Município.
- C) pela iniciativa privada através de concessões globais.
 D) pelo Município e pelo Governo do Estado.
- 47.** No Município de Fortaleza, as práticas de coleta regular unificada, que são utilizadas para os resíduos, são
- A) varrição e capinação.
 B) domiciliar e varrição.
 C) comercial e domiciliar.
 D) entulho e comercial.
- 48.** A coleta seletiva, a ser implantada em um município, deve ter participação
- A) só do município.
 B) só do município e do estado.
 C) do município, com parcerias privadas e catadores de lixo.
 D) do município, do estado, com parcerias privadas e catadores de lixo.
- 49.** Os resíduos sépticos, gerados no Município de Fortaleza, são levados para
- A) o incinerador.
 B) o aterro sanitário.
 C) os lixões.
 D) as valas sépticas.
- 50.** Os serviços de tratamento e acondicionamento executados no aterro sanitário, que recebe os resíduos do Município de Fortaleza, são fiscalizados pela
- A) Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização – EMLURB.
 B) Construtora Marquise S/A.
 C) Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAM.
 D) Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR.
- 51.** Sobre as atribuições do PROCON Fortaleza previstas na Lei Municipal 8.740/2003, é correto afirmar-se, **exceto**
- A) planejar, coordenar, executar e avaliar a política municipal de defesa do consumidor.
 B) funcionar no procedimento administrativo como instância recursal de julgamento no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, pela

legislação estadual e pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

- C) informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos meios de comunicação.
- D) operar o Sistema de Telemarketing e avaliar a eficiência do atendimento das demandas comunitárias, pelo PROCON Fortaleza.
- 52.** Com relação ao Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, tratado na Lei 8.740/2003, analise cada item a seguir, assinalando o correto.
- I – Os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor desenvolverão suas atribuições com os órgãos federais e estaduais, independente de suas finalidades.
- II – A Comissão Permanente de Normatização, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, a Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e as entidades privadas que se dedicam à proteção do consumidor são órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor.
- III – O Ministério Público do Ceará, os Juizados Especiais e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC podem desenvolver ações integradas na defesa do consumidor.
- IV – As universidades e as entidades públicas ou privadas que desenvolvem estudos e pesquisas relacionados ao mercado financeiro são consideradas colaboradoras do Sistema Municipal nos termos da Lei 8.740/2003.
- A) II e III são verdadeiros.
 B) I, III e IV são verdadeiros.
 C) apenas I é verdadeiro.
 D) apenas IV é verdadeiro.
- 53.** Sobre as atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, é correto afirmar-se, **exceto**
- A) escolher o Coordenador da Comissão de Procedimento Administrativo e Julgamento, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.740/2003.
- B) atuar na formulação da estratégia e no controle da política municipal de defesa do consumidor.
- C) promover, bianualmente, a Conferência Municipal de Defesa do Consumidor, para a definição das diretrizes a serem atendidas na Política Nacional de Consumo.
- D) fiscalizar os atos administrativos, bem como todo o funcionamento do PROCON Fortaleza, podendo, a qualquer momento, requerer informações e documentações relativas a esse órgão.
- 54.** Acerca dos Órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, é correto afirmar-se, **exceto**

- A) a Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor, denominada de PROCON Fortaleza, é vinculada à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com autonomia financeira, objetivando garantir a defesa do consumidor em suas relações de consumo e nos pleitos comunitários, bem como intermediar e monitorar o atendimento ao consumidor pelo diversos órgãos do Município.
- B) o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor tem como finalidade propor a política municipal de defesa do consumidor como também gerir o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD).
- C) os serviços auxiliares do PROCON Fortaleza serão dirigidos por servidores públicos municipais e poderão ser executados por estagiários de cursos de 2º e 3º graus, com disciplinas compatíveis com a defesa do consumidor.
- D) a Comissão Permanente de Normatização tem como finalidade propor, editar e revisar as normas municipais, relativas à produção, à industrialização, à distribuição e ao consumo de produtos e serviços, na forma do art. 55, § 3º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.
- 55.** O PROCON Fortaleza executará a política municipal de defesa do consumidor, incumbindo-lhe prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias, podendo destacar, dentre esses direitos, **exceto**
- A) informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- B) a efetiva prevenção e reparação dos danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- C) colocação de produtos e serviços em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Direito do Consumidor ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.
- D) na aquisição de produtos duráveis ou não-duráveis, em caso de vício de qualidade ou quantidade que os torne impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminui o valor, o direito de ter a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, caso o vício não seja sanado no prazo máximo de trinta dias.
- 56.** Na composição do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, existem representantes do poder público e entidades representativas, dentre eles, **exceto**
- A) três representantes das entidades civis que tenham sido constituídas há pelo menos um ano e tenham como finalidade exclusiva a proteção do meio ambiente.

- B) Defensoria Pública Estadual, um representante dos organismos representativos do comércio, da indústria e da prestação de serviços.
- C) um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano, um representante da Secretaria de Finanças do Município e dois representantes da Vigilância Sanitária Municipal.
- D) um representante da Secretaria de Finanças do Município, um da Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Ceará e um da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.
- 57.** É correto afirmar-se em relação à Comissão de Procedimento Administrativo e Julgamento:
- A) seu coordenador será eleito pela Comissão Permanente de Normatização dentre profissionais de notável saber e reputação ilibada.
- B) o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor escolherá o seu coordenador dentre cidadãos de notável conhecimento e reputação ilibada.
- C) os conselhos de fiscalização do exercício da profissão e as entidades civis escolherão o coordenador da comissão.
- D) é uma Comissão dentro da estrutura organizacional do PROCON, para funcionar no procedimento administrativo como instância de instrução e julgamento, nos termos das regras fixadas pela Lei nº 8.078, de 11 de julho de 1990, pela legislação complementar e pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1987;
- 58.** Quanto à Comissão Permanente de Normatização, é correto afirmar-se, **exceto** que
- A) seu Presidente é o representante do PROCON Fortaleza.
- B) poderá contar com subcomissões transitórias, instituídas por ato do Colegiado, integradas por especialistas.
- C) seus membros serão nomeados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.
- D) as funções de conselheiro da comissão serão consideradas relevantes para a promoção da ordem econômica e social.
- 59.** Os recursos originados a partir da aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor terão a seguinte destinação:
- A) parte ao Consumidor para reparador prejuízos na relação de consumo e parte ao Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos.
- B) na sua integralidade, para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos.
- C) na sua totalidade, para o PROCON Fortaleza que deliberará quanto à sua aplicação.
- D) parte ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e parte para a implementação das políticas capituladas no CDC.
- 60.** São sanções que podem ser aplicadas pelo PROCON Fortaleza, nos termos do art. 56 da Lei 8.078/90, **exceto**
- A) imposição de contrapropaganda.
- B) multa e suspensão temporária de atividade.
- C) cassação do registro por meio de informação ao Ministério Público Federal.
- D) apreensão do produto.
- 61.** De acordo com Lei Federal nº 6.437/77, Art. 4º, as infrações sanitárias classificam-se em
- I – leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante.
- II – graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante.
- III – gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.
- Estão corretas:
- A) I, II e III.
- B) só I e III.
- C) só II e III.
- D) só I e II.
- 62.** De acordo com a Lei Municipal nº 8.222/98, art. 7º, que disciplina a aplicação de penalidades às infrações à legislação sanitária, consideram-se circunstâncias agravantes às penalidades, **exceto**
- A) o infrator coagir outrem para a execução material da infração.
- B) a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente, para entender o caráter ilícito do fato.
- C) se, tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar providências tendentes a evitá-lo.
- D) ter a infração consequências calamitosas à saúde pública.
- 63.** Conforme estabelece o Art. 80 da Lei Municipal nº 8.222/98, a pena de multa, referente às penalidades de infrações sanitárias, consiste no recolhimento de importância em dinheiro aos cofres municipais. O valor para as infrações gravíssimas fica estipulado entre os seguintes limites:
- A) de 10 (dez) a 500 (quinhentos) UFIR's.
- B) de 501 (quinhentos e uma) a 2.000 (duas mil) UFIR's.
- C) de 2.001 (duas mil e uma) a 5.000 (cinco mil) UFIR's.
- D) acima de 5.000 (cinco mil) UFIR's.

64. Para efeito da Lei Municipal nº 8.408/99, os restos de matadouros de aves e pequenos animais e os restos de alimentos deteriorados ou vencidos são classificados como resíduos do tipo sólido
- especial.
 - séptico.
 - especial perigoso.
 - domiciliar.
65. Quanto ao descumprimento da Lei Municipal nº 8.408/99, são consideradas infrações de natureza leve, **exceto**
- deixar de efetuar varrição ou limpeza de resíduos derramados no local da coleta, após a retirada do veículo ou contêiner.
 - acondicionar resíduos sólidos de forma inadequada.
 - elaborar e apresentar Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos em desacordo com a referida Lei e pelos órgãos responsáveis pela saúde e pelo meio ambiente.
 - não proceder a tratamento de resíduos sépticos.
66. Conforme estabelece a Legislação Municipal em vigor, considera-se resíduo inerte aquele resíduo sólido que é
- originado de poda ou corte de vegetação de porte arbóreo.
 - originário da construção civil.
 - originado dos serviços de saúde.
 - nuclear ou radioativo.
67. As infrações à legislação sanitária municipal, constantes no Art. 3º da Lei Municipal 8.408/99, como “construir, instalar e fazer funcionar, dentro do Município de Fortaleza, estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, embalagens..., sem registro, licença do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes”, estarão sujeitas à aplicação de penalidades, que são
- somente advertência e interdição.
 - somente advertência e cancelamento de autorização e de licença ou multa.
 - advertência, interdição e cancelamento de autorização e de licença ou multa.
 - somente interdição e cancelamento de autorização e de licença ou multa.
68. Conforme preconiza o Código Sanitário Municipal, os alimentos apreendidos por causa de uma irregularidade qualquer, poderão ser doados a qualquer instituição filantrópica, **exceto** se apresentar
- problemas fiscais.
 - embalagem inadequada.
 - quantidade elevada.
 - deterioração.
69. Quando um produto for apreendido através da fiscalização da vigilância sanitária municipal, e não havendo possibilidade de remoção imediata, ele poderá permanecer sob a guarda e a responsabilidade do seu detentor, por um prazo que não ultrapasse
- setenta e duas horas.
 - doze horas.
 - vinte e quatro horas.
 - trinta dias.
70. Sobre a Lei Municipal 9.477/2009, que disciplina o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de comércio de bebidas alcoólicas em Fortaleza, escreva **V** (verdadeira) ou **F** (falsa).
- () Enquadram-se, nesta Lei, apenas os estabelecimentos que têm como atividade principal a comercialização de bebidas alcoólicas apenas para consumo imediato e no próprio local.
- () Os estabelecimentos poderão ter horário de funcionamento durante as 24 horas, diariamente.
- () É proibida apenas a venda de bebidas alcoólicas em dias de jogo, no entorno dos estádios do município de Fortaleza, bem como durante o horário de aulas e de atividades escolares.
- A sequência correta é
- V, V, V
 - F, F, F
 - V, F, V
 - F, V, F
71. O capítulo V da Lei 5.530/81 (Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza) tratou de **tapumes**, determinando ali sua obrigatoriedade, sempre que se executarem obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição. Sobre os tapumes, é verdadeiro afirmar-se que
- devem ter altura mínima de 2,50m em relação ao nível do passeio; poderão avançar até 50% de largura dos passeios, até o limite de 3,00m; deverão ser executados em tabuado resistente e juntas cobertas.
 - devem ter altura mínima de 3,00m em relação ao nível do passeio; poderão avançar até 1/3 de largura dos passeios, até o limite de 2,50m; deverão ser executados em folhas de madeira ou metálicas resistentes e com juntas cobertas.

- C) devem ter altura mínima de 3,00m em relação ao nível do passeio; poderão avançar até 50% de largura dos passeios, até o limite de 3,00m; deverão ser executados em folhas de madeira ou metálicas resistentes e com juntas cobertas.
- D) devem ter altura mínima de 2,50m em relação ao nível do passeio; poderão avançar até 1/3 de largura dos passeios, até o limite de 2,50m; deverão ser executados em tabuado resistente e juntas cobertas.
- 72.** Para uma obra paralisada por mais de 180 dias, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:
- A) a Prefeitura procederá à demolição da obra, após constatado o perigo e lavrada a devida notificação, cobrando do proprietário um acréscimo de 50% dos custos da demolição, bem como será executado, no alinhamento, um muro de fechamento, com portão de entrada, conforme normas legais para fechamento de terrenos por tipo de zona.
- B) a Prefeitura mandará proceder a uma vistoria; se houver perigo, intimará o proprietário a demolí-la. Deverá ser executado, no alinhamento, um muro de fechamento, com portão de entrada, conforme normas legais para fechamento de terrenos por tipo de zona.
- C) a Prefeitura procederá à demolição da obra, após realização de vistoria, e constatado haver perigo, bem como será intimado o proprietário a executar, no alinhamento, um muro de fechamento, com portão de entrada, conforme normas legais para fechamento de terrenos por tipo de zona.
- D) a Prefeitura procederá a uma vistoria e, constatado haver perigo, promoverá a demolição da obra, devendo as despesas ser pagas pelo proprietário, acrescidas de 50%, bem como será intimado o proprietário a executar, no alinhamento, um muro de fechamento, com portão de entrada, conforme normas legais para fechamento de terrenos por tipo de zona.
- 73.** Quanto à limpeza pública, são de competência do município:
- A) o planejamento e a execução do serviço de limpeza pública, mantendo limpa a área do município, mediante varrição, capinação, calçamentação e recuperação asfáltica.
- B) em colaboração com seus cidadãos, o planejamento e a execução do serviço de limpeza pública, mantendo limpa a área da região metropolitana do município, mediante varrição, calçamentação, recuperação asfáltica e raspagem de vias públicas.
- C) em colaboração com seus cidadãos, o planejamento e a execução do serviço de limpeza pública, mantendo limpa a área do município, mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas.
- D) em colaboração com a iniciativa privada (empresas prestadoras de serviço de coleta), o planejamento e a execução do serviço de limpeza pública, mantendo limpa a área do município, mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas.
- 74.** Fica(m) isento(s) da expedição do alvará, entre outros, o(s) seguinte(s) serviço(s):
- A) limpeza e pintura, externa ou interna, em qualquer situação.
- B) construção ou reconstrução de passeios e muros até 3,00m de altura, no alinhamento (mesmo que este não seja oficial) dos logradouros.
- C) substituição de telhas e estrutura da cobertura, sem aumento do perímetro ou área construída.
- D) consertos em pisos, pavimentos, paredes ou muros, com substituição de revestimentos no alinhamento.
- 75.** Sobre a permissão de usar o passeio, ou parte dele, para a preparação ou despejo de argamassa ou concreto, é correto afirmar-se que é permitido
- A) utilizar o passeio para preparo e despejo de argamassa ou concreto, desde que o mesmo tenha largura igual ou superior a 3,00m e haja tapumes de proteção.
- B) utilizar os passeios para esse fim, desde que sejam utilizadas caixas e tabuados adequados para proteção do revestimento.
- C) preparar ou despejar concreto e argamassa diretamente sobre os passeios e os leitos dos logradouros públicos.
- D) utilizar os passeios para preparo e despejo de argamassa ou concreto, desde que sejam utilizadas caixas e tabuados apropriados, dentro dos limites dos tapumes.
- 76.** O inquilino de qualquer habitação é obrigado a conservá-la em bom estado de higiene e asseio. Quando da necessidade de substituição ou reparos de pisos, tetos, telhados e instalações sanitárias, ele deverá
- A) executar os reparos somente quando forem exigidos pelo ente municipal.
- B) comunicar ao proprietário a necessidade de realizar os reparos, quando da responsabilidade deste.
- C) executar os reparos, mesmo que não conste no contrato de locação e sem o consentimento do proprietário.
- D) comunicar ao proprietário a fazê-lo, mesmo que conste no contrato de locação que o inquilino seja responsável pelo dano a reparar.
- 77.** A Prefeitura poderá exigir dos proprietários de terrenos, sempre que o nível desses for inferior ou superior ao nível dos logradouros públicos adjacentes,
- A) escavações ou aterros para nivelamento do terreno.

- B) correções necessárias nos logradouros, para que o terreno não seja afetado pelo escoamento das águas pluviais.
- C) construção de muralhas de arrimo, abertura de sarjetas, drenos e bueiros para desvio de águas pluviais ou de infiltração que causam dano público ou prejuízo a vizinhos.
- D) drenos horizontais e verticais no terreno para infiltração das águas pluviais, evitando, assim, que essas águas sejam escoadas para o logradouro público.
- 78.** Quaisquer obras ou serviços a serem executados nos passeios deverão ter autorização prévia do órgão municipal competente, sendo permitida a colocação
- A) de jardineiras, ocupando até 1/3 da largura dos passeios, respeitado o máximo de 0,70m (setenta centímetros), altura de 0,20m (vinte centímetros), contados a partir do nível do meio-fio, e o espaçamento entre as mesmas atendam as normas técnicas vigentes.
- B) de trilhos ou quaisquer outros elementos de proteção para pedestres, nos passeios dos logradouros públicos.
- C) ou a construção de degraus de acesso a edificações, fora do limite dos respectivos terrenos, sempre que o nível destes seja superior ao nível dos passeios dos logradouros públicos.
- D) de caixas de luz e força, posteamentos, telefone ou similares, ocupando menos de 1/3 (um terço) dos passeios dos logradouros públicos, quando da necessidade de expansão dos serviços a serem executados por essas companhias, sem necessidade de licença do ente municipal.
- 79.** Todos os proprietários de imóveis, edificados ou não, com frente para vias públicas, onde já se encontram implantados os meios-fios, são obrigados a construir os respectivos passeios e mantê-los em perfeito estado de conservação e limpeza, independente de qualquer intimação, ficando a cargo da prefeitura
- A) a reconstrução e os consertos necessários dos passeios danificados por execução de serviços das companhias ou empresas concessionárias de serviços públicos.
- B) a obrigatoriedade de isenção de licenças, sempre que se proceder a obras ou a serviços nos passeios dos proprietários de terrenos lindeiros aos logradouros públicos.
- C) a reconstrução e o conserto necessário ao aumento e à diminuição dos passeios, em virtude de modificação do alinhamento das vias.
- D) a obrigatoriedade de liberação da licença, sempre que se proceder a obras ou a serviços em imóveis construídos no alinhamento das vias (sem recuos frontais) e os portões de acesso aos imóveis terem que ser abertos sobre os passeios.
- 80.** Os pavilhões e os galpões fechados, destinados a exposições, feiras de amostras ou atividades semelhantes, de caráter permanente ou transitório, deverão obedecer às seguintes normas, dentre outras:
- A) não será permitida a construção de guaritas, portarias ou borboletas de ingresso.
- B) deverão existir vestiários separados para homens e para mulheres, cada um com área mínima de 4,00m² e menor dimensão no plano horizontal não inferior a 1,50m.
- C) terão pé-direito mínimo obrigatório de 3,50m.
- D) somente serão instalados em lote com área superior a 2.000,00m², no mínimo.